



Ana Sofia Correia Da Silva

CONCEITO DE RESPONSÁVEL PELA  
“COLOCAÇÃO NO MERCADO” DE APARELHOS RÁDIO

*Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito*

Orientador:

Professor Doutor Miguel Moura e Silva

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

março, 2016



Ana Sofia Correia Da Silva

CONCEITO DE RESPONSÁVEL PELA  
“COLOCAÇÃO NO MERCADO” DE APARELHOS RÁDIO

*Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito*

Orientador:

Professor Doutor Miguel Moura e Silva

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

março, 2016

## **AGRADECIMENTOS**

Antes demais, gostaria de agradecer à minha família, a qual proporcionou a realização desta dissertação.

Gostaria de agradecer à Doutora Cláudia Trabuco e ao Dr. Raul, o interesse e auxílio na base da construção do presente trabalho.

Gostaria ainda de agradecer ao Dr. Moura e Silva a orientação e disponibilidade prestada durante a realização da dissertação.

Um especial agradecimento a todos os amigos que estiveram presentes ao longo deste percurso, em particular à Catarina Urmal.

Importa ainda agradecer a todos aqueles que contribuem contra as injustiças na sociedade.

## **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ANTI-PLÁGIO**

Declaro que por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 1 de novembro de 2015

## **ESCLARECIMENTOS**

As citações de jurisprudência ao longo do texto são efectuadas com indicação abreviada do Tribunal e da data do acórdão.

As traduções são da responsabilidade da autora. Sendo que os títulos são colocados na língua original, tendo uma nota de rodapé com a tradução em conformidade. Quanto às citações, que por vezes extensas, são traduzidas de imediato para a língua Portuguesa, sendo remetidas por nota e rodapé para a versão original.

Para facilidade de consulta, as publicações disponíveis na Internet são identificadas pelo respectivo endereço.

Na bibliografia final, quanto às obras, indica-se pelo menos (e sempre que disponível), o nome do autor, o título completo, a edição, a editora, o local de publicação e ano de publicação: segue-se a indicação por ordem alfabética e, por cada autor, uma ordem cronológica.

Esta dissertação respeita o novo acordo ortográfico.

Cumprindo a regulamentação aplicável, desde já se indica que o presente trabalho tem 78 111 caracteres.

## LISTA DE ABREVIATURAS

- **C.E.** - Comunidade Europeia;
- **Comunidade** - Comunidade Europeia;
- **CPP** - Código de processo penal;
- **DL** - Decreto - lei;
- **M.P.** - Ministério Público;
- **R.D.** - Real Decreto;
- **Resolução** - Resolução do Conselho 85/C136/01 de 7 de maio de 1985;
- **STJ** - Supremo Tribunal de Justiça
- **The Blue Guide** - “The Blue Guide on the Implementation of EU Product Rules, 2014”;
- **TCRS** - Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão;
- **TFUE** - Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia;
- **U.E** - União Europeia;

**Resumo:** Mercado que é relevante para efeitos da Diretiva 1999/5/CE de 9 de março; Responsável pela colocação no mercado; obrigações; livre circulação dos produtos; Harmonização;

**Abstract:** Relevant Market respecting the directive 1999/5/CE 9 of march; Responsible for placing in the market; obligations; Free circulation of the products; harmonization;

## 1.-Introdução

O DL n.º 192/2000, de 18 de agosto, transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 1999/5/CE de 9 de março, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa aos equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações e ao reconhecimento mútuo da sua conformidade.

A aludida Diretiva centra-se conforme dispõe o respetivo preâmbulo em : “Assegurar uma utilização eficaz do espectro de radiocomunicações, de forma a evitar interferências prejudiciais” e ainda em “cuidar de que os equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações não representem riscos evitáveis para a saúde”.<sup>1</sup>

Na realidade esta Diretiva tem por objetivo certificar a qualidade e segurança dos equipamentos em causa, seja através da elaboração de ensaios (testes), de documentos técnicos (nomeadamente documentos de conformidade) e até da própria marcação de equipamentos. Nesses ensaios vai-se apurar se os critérios exigidos na diretiva estão a ser cumpridos. Se sim caberá ao responsável pela colocação do equipamento no mercado ou ao fabricante a elaboração de documentos (de acordo com o tipo de equipamento), que assegurem a conformidade dos equipamentos com o diploma *supra* referido.

Por sua vez, nas situações em que existe a necessidade da marcação CE (caso o equipamento exija) será esta responsabilidade do fabricante ou de qualquer sujeito patente no artigo n.º 26 do DL. Através desta marcação será transmitida segurança aos utentes/consumidores que reconhecem a marcação e têm conhecimento que o equipamento pode circular, pois este está em conformidade com os critérios legalmente exigíveis.

A questão subjacente à presente dissertação prende-se assim com a determinação do conceito (indeterminado) de “responsável pela colocação no mercado” de equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações. Este

---

<sup>1</sup> Preâmbulo da Diretiva 1999/5/CE de 9 de março.



responsável nos termos do DL em causa tem o dever - em paralelo com o fabricante e, nalguns casos, do seu representante legal na U.E - de cumprir determinadas obrigações inerentes à conformidade dos equipamentos acima referidos com os requisitos essenciais previstos na lei, por forma a garantir que os mesmos possam circular, sem restrições, no mercado comunitário.

O artigo 6.º da referida Diretiva, que tem como epígrafe “Colocação no mercado”, prevê que, “[o]s Estados-membros garantirão que os aparelhos só sejam colocados no mercado se forem conformes com os requisitos essenciais adequados definidos no artigo 3.º, e com as outras disposições pertinentes da presente Diretiva quando são instalados e mantidos e usados de forma adequada ao objectivo a que se destinam (...)”.

Contudo, a aludida Diretiva não concretiza quem é susceptível de preencher o conceito de “responsável pela colocação”. Esta apenas menciona que existirá alguém responsável por essa colocação. Na verdade, não existe nenhuma disposição legal, que defina o que seja “responsável pela colocação no mercado”. Tal circunstância dificulta a passagem de um dever-ser abstracto para um dever-ser concreto, no que toca à exigência do cumprimento das obrigações no já aludido DL n.º 192/2000, de 18 de Agosto.

A dificuldade na determinação do conceito de “responsável pela colocação no mercado” faz-se sentir, desde logo, no domínio da nossa jurisprudência. São várias as decisões proferidas pelos Tribunais que vêm, ao longo dos últimos anos, dar uma definição de “responsável pela colocação no mercado”, para efeitos do disposto no DL n.º 192/2000, de 18 de Agosto - muitas delas antagónicas. A questão ainda não está resolvida na nossa jurisprudência, persistindo a necessidade de encontrar uma definição cabal para o conceito de “responsável pela colocação”.

Para alguns dos tribunais portugueses, o responsável pela “colocação no mercado” destes aparelhos rádio corresponde à “pessoa que o colocou [leia-se, o equipamento], pela primeira vez, no interior do mercado interno, independentemente do Estado-membro em que essa primeira introdução se verificou”<sup>2</sup>.

Ao invés, para outros como “responsável pela colocação no mercado” devem entender-se “todas as entidades que colocam o produto à venda no mercado de um dos Estados-membros, tenham ou não adquirido o produto a outra empresa sediada em país membro do espaço comunitário, e não apenas a entidade responsável pela sua colocação pela primeira vez no mercado interno”<sup>3</sup>.

Uma uniformização da definição deste conceito a nível europeu, permitiria acima de tudo definir quem é o responsável pela colocação no mercado, o que em termos práticos revela o sujeito que terá a responsabilidade com a introdução do respetivo “equipamento” no mercado.

Ora, de acordo com o presente decreto- lei, subsistem fortes dúvidas de quem é o responsável pela colocação dos equipamentos em causa. Sublinhe-se contudo, que esta situação é meramente transitória, em virtude de ter sido adoptada uma nova Diretiva Europeia, a qual revogará o regime até agora exposto.<sup>4</sup>

Feito o tracejado geral do problema, importa analisar em concreto o conceito de responsável em causa e a sua dimensão; e o conceito de mercado (nacional ou europeu) que releva para efeitos de apuramento das responsabilidades do DL ora em análise.

---

<sup>2</sup> Ac. TRE de 16/04/2013, processo n.º 43/12.1YQSTR.E1.- Consultável em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

<sup>3</sup> Ac. TRE de 16/04/2013, processo n.º 43/12.1YQSTR.E1.- Consultável em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

<sup>4</sup> Sendo que a nova Diretiva 2014/53/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 de acordo com o artigo 50.º só será revogada a partir de 13 de junho de 2016.

## **I. Parte**

### **1.- Da Diretiva 1995/5/CE e da Proposta de alteração da Diretiva**

O artigo 1.º, n.º 1, da Diretiva 1995/5/CE de 9 de março do Parlamento Europeu e do Conselho, tem na sua epígrafe “âmbito e objetivo” explanado “um quadro regulamentar para a colocação no mercado, a livre circulação e a colocação em serviço na Comunidade dos equipamentos de rádio e dos equipamentos terminais de telecomunicações”.

Esta Diretiva, alvo de maior parte da nossa exposição, tem um papel fundamental na questão da segurança dos equipamentos e na manutenção de um mercado concorrencial.

Da leitura da Diretiva, podemos resumidamente extrair que a mesma visa salvaguardar a economia do mercado, procurando reforçar a confiança dos consumidores dos produtos e serviços de telecomunicações.

Tal facto é obtido através da imposição de requisitos essenciais que asseguram que os equipamentos salvaguardem a saúde e a segurança do utilizador ou de qualquer outra pessoa.

Contudo, a necessidade da segurança deve ser contrabalançada com uma efectiva possibilidade de livre circulação dos equipamentos. O artigo 8.º da *supra* referida Diretiva prevê que: “[o]s Estados-Membros não poderão proibir, restringir ou impedir a colocação no mercado e a colocação em serviço no seu território de aparelhos com a marcação CE (...) que indica a sua conformidade com todas as disposições da presente Directiva, incluindo o procedimento de avaliação da conformidade descrito no anexo II, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 6.º no n.º 2 do artigo 7 e no n.º 5 do artigo 9.º”.

Destarte, (i) a Diretiva 1995/5/CE de 9 de março, tem em vista a livre circulação de equipamentos de rádio e de equipamentos terminais de telecomunicações numa perspectiva de mercado aberto e concorrencial, auxiliando-se de políticas e

ações internas da U. E. (art. 26.º e seguintes do TFUE) e (ii) mitigar as disparidades entre as diversas legislações em causa, recorrendo, para esse efeito, à harmonização da técnica legislativa.<sup>5</sup>

Face ao rápido crescimento da área das telecomunicações, surgiu a necessidade de reformular a Diretiva em causa, com vista a: esclarecer, simplificar e melhorar o nível de conformidade com os requisitos patentes na Diretiva (aumentando a confiança das partes). Essa melhoria tem em vista alcançar resultados que permitam uma maior harmonização das legislações, e fazer face a objetivos previstos nas diversas disposições legais na U.E., concretamente no artigo 26.º (mercado interno) e no artigo 114º (aproximação das legislações) do TFUE.

Nessa sequência, o Mercado Interno e da Proteção das Comunidades apresenta uma nova proposta de alteração da Diretiva *supra* referida, que mais tarde viria a dar origem à Diretiva 2014/53/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014.

Notavelmente, prevê esta proposta agora consagrada enquanto Diretiva que todos os operadores económicos que intervenham no circuito comercial, devem tomar medidas adequadas para garantir que disponibilizam no mercado produtos que apenas estão em conformidade com a presente Diretiva.<sup>6</sup>

No entanto, considera-se ainda mais significativa a proposta de reconhecimento de que o fabricante (que é quem é mais conhecedor do produto e do processo de produção), encontra-se em melhor posição para efetuar todo o procedimento de avaliação de conformidade. Encarregando a este o dever exclusivo.

---

<sup>5</sup> Para esta livre circulação e proteção é importante agilizar três Diretivas no âmbito dos equipamentos em causa : Directiva 73/23 do Conselho de 19 de Fevereiro, relativa à harmonização das legislações dos Estados- Membros no domínio do material eléctrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão, da Diretiva 89/22G relativa à aproximação das legislações dos Estados Membros respeitantes à compatibilidade eletromagnética e a Diretiva de 1999/5/CE a qual predomina a nossa questão.

<sup>6</sup> A proposta de alteração da diretiva menciona que bastará um “ sistema eficaz de rastreabilidade para facilitar a tarefa das autoridades de fiscalização relativamente à identificação do operador económico responsável pela disponibilização no mercado de equipamentos de rádio não conformes”.

A situação descrita assegurará que os equipamentos provenientes de Estados terceiros, sejam introduzidos no mercado da U.E. pelo importador, de acordo com os requisitos da Diretiva. Subentendendo-se, que os importadores devem certificar-se dos procedimentos de avaliação de conformidade, aquando da receção do equipamento por parte do fabricante.

Esta proposta de alteração da Diretiva 1999/5/CE de 9 de março, vem desde logo esclarecer quanto à questão da “colocação no mercado”. Nos termos do seu artigo 2.º, n.º 1, ponto 7, é expressamente indicado que entende-se por “colocação no mercado” a primeira disponibilização de um equipamento rádio no mercado da U.E. No entanto, o conceito de responsável pela “colocação no mercado”, não é detectável ao longo da exposição da proposta.

Sendo que para o legislador, são apenas operadores económicos o fabricante, o mandatário, o importador e o distribuidor.

Não nos parece existir, face à análise efectuada, qualquer dúvida quanto à “colocação no mercado”, e de quem será eventualmente o responsável no circuito económico, ou seja, aquele que introduz pela primeira vez no mercado da União Europeia.

De facto, a proposta apresentada, e agora consagrada enquanto Diretiva, irá alcançar, salvo melhor opinião, os objectivos da U.E., através de um controlo prévio aquando da entrada do produto no mercado da U.E. E só assim nos parece possível responsabilizar os agentes económicos intervenientes.

Na nova redação da Diretiva aqui agora mencionada, nomeadamente, no n.º 1 e n.º 2 do art.º 9, constata-se alterações profundas no que diz respeito à livre circulação de equipamentos.

Esta nova abordagem do artigo, afigura uma maior livre circulação de equipamentos, sem descurar na proteção dos consumidores.

A título de exemplo em eventos demonstrativos, não bastará apenas, o aviso de que tais aparelhos não podem ser comercializados, mas sim, prevê que “não

podem ser disponibilizados no mercado ou postos em serviço enquanto não tiverem sido postos em conformidade com a presente Diretiva”. Só podem ser realizadas demonstrações de equipamento de rádio se “tiverem sido tomadas as medidas adequadas, prescritas pelos Estados-membros, para evitar interferências prejudiciais, perturbações eletromagnéticas e riscos para a saúde ou para a segurança das pessoas ou de animais domésticos ou bens”.

## **2.- Diretiva 2014/53/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014**

Como em momento anterior tivemos oportunidade de aflorar, existia uma necessidade pura de alterar determinadas disposições na Diretiva 1999/5/CE de 9 de março. Pelo que surge em 16 de abril de 2014 a Diretiva 2014/53/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à harmonização da legislação dos Estados- Membros respeitante à disponibilização de equipamentos rádio no mercado e que revoga a Diretiva 1999/5/CE.

É ao longo do seu considerando que vem sendo demonstradas as razões das alterações elaboradas e o fim que estas pretendem atingir. Nos termos do ponto (21) do considerando os equipamentos devem circular livremente, no entanto, o ponto (26) afirma que “ os operadores económicos deverão ser responsáveis pela conformidade dos equipamentos de rádio com a presente Diretiva, de acordo com o seu respetivo papel no circuito comercial, a fim de assegurar um elevado nível de proteção na saúde e da segurança das pessoas e dos animais domésticos, bem como dos bens, um nível adequado de compatibilidade electromagnética, uma utilização eficaz e eficiente do espectro de radiofrequências e, se necessário, um nível elevado de proteção de outros interesses públicos, e de garantir uma concorrência leal no mercado da união”.

Cremos que a Diretiva tentará (isto porque atualmente ainda não está em vigor) assegurar aos consumidores cada vez mais uma maior proteção e segurança através dos *supra* referidos pontos. Não obstante, sempre atendendo à livre circulação dos equipamentos em causa.

No que diz respeito ao tópico que abordamos neste trabalho, a questão da colocação no mercado, vem ser finalmente resolvida através do artigo 2.º n.º 1 (10) e que define a mesma como “a primeira disponibilização de um equipamento de rádio no mercado da União”.

Bastará então a nova Diretiva entrar em vigor e ser transposta para os respetivos Estados-Membros, que, em princípio a questão deixar-se-á de colocar. Salvo melhor opinião, dever-se-á aguardar tal transposição para verificar como será efetuada e se efetivamente deixará clara a questão até aqui abordada.

Todavia, há que ter em conta o artigo 49.º da Diretiva 2014/53/UE de 16 de abril de 2014, que prevê apenas a transposição para os Estados-Membros a partir de 13 de junho de 2016. Revoga-se assim nessa mesma data a Diretiva 1995/5/CE de 9 de março.

Em suma, vai ser elaborada uma comunicação à Comissão aquando da transposição da “nova” Diretiva, com as principais disposições adotadas, sendo que só nessa data se vai verificar, se a transposição é clara e não promove dúvidas junto dos operadores.

A terminar, temos que analisar se ainda antes da transposição que irá ser efetuada pode existir alguma expectativa tutelada na solução material dada pela “nova” Diretiva? A questão que se coloca é de se poderá o Estado - membro “no prazo que legitimamente tem para transpor a Diretiva, estabelecer legislação interna que se afaste ainda mais dos resultados dados pela Diretiva”.<sup>7</sup> Face ao exposto pelo Tribunal de Justiça, tal situação poderá suceder.

---

<sup>7</sup> Henriques- Gorjão, Miguel, Direito da União, Direito da União Europeia, 7.ª edição, Almeida, 2014, pág. 307.

O acórdão do Tribunal de Justiça de 18 de dezembro de 1997 (inter- environment wallonie), transmite que os “Estados- Membros não estão obrigados a adotar tais medidas (de transposição), mas deduz-se que devem abster-se de adotar disposições que possam “ferir” gravemente o resultado prescrito pela Diretiva”.



### **3- Da relevância do conceito de “ responsável pela colocação no mercado” de aparelhos rádio e a sua indeterminação na lei - Decreto-lei n.º 192/2000 de 18 de agosto.**

A problemática relacionada com a questão da determinação do conceito de “responsável pela colocação no mercado” abrange, em Portugal, por um lado, (i) a questão de saber qual o mercado significativo para efeitos do DL n.º 192/2000 e, por outro, (ii) quem é responsável por essa introdução - de que depende a exigência do cumprimento de um conjunto de obrigações previstas naquele diploma.

Ao responsável pela “colocação no mercado” cabe o cumprimento de determinadas obrigações. Em especial, cabe-lhe assegurar que o utilizador dos equipamentos previstos no DL n.º 192/2000, de 18 de agosto, tem acesso a um conjunto de informações relativas aos equipamentos em causa (a título de exemplo, a obrigação de todos os documentos serem redigidos em língua portuguesa).

Com efeito, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da referida diretiva, cabe aos Estados-membros garantir “que o fabricante de um aparelho ou a pessoa responsável pela sua colocação no mercado prestem informações ao utilizador quanto aos fins a que esse aparelho se destina, juntamente com a declaração de conformidade com os requisitos essenciais. Quando se trate de equipamento de rádio e terminais de telecomunicações, essas informações deverão ser suficientes para identificar, tanto na embalagem como nos manuais de instruções e de utilização do aparelho, os Estados-membros ou as respectivas áreas geográficas a que o equipamento se destina e alertar o utilizador, através da marcação no aparelho, prevista no ponto 5 do anexo VII, para as eventuais restrições ou requisitos a que se encontre sujeita a autorização da utilização do equipamento em causa em certos estados membros”.

Note-se que, na transposição efetuada para o nosso ordenamento jurídico, observamos que subsiste uma secção referente à “colocação no mercado” (secção II). Porém, a mesma não confere nenhuma abordagem à pessoa responsável pela “colocação no mercado”, tal como já fora referido anteriormente, fora das situações a que se refere às obrigações do agente económico que “colocar no mercado” os ditos aparelhos. Especificamente em nenhuma das disposições exta uma definição concreta do que se entende por “colocação no mercado” e do conceito de responsável por essa colocação. Destarte, subsiste uma indefinição na lei, o que provoca discrepância nas decisões dos “nossos” tribunais.

Cabe agora apurar o mercado que releva, para efeitos do DL n.º 192/2000, de 18 de agosto, o qual irá responsabilizar o agente que coloca o equipamento no mercado. Iremos, para o efeito, socorrer-nos de diferentes elementos interpretativos, que adiante melhor se elucidarão, devidamente tratados nas diversas sub-alíneas que se seguem. A questão que se coloca para efeitos práticos é a seguinte: sendo importado um produto para dentro do espaço comunitário, aquando da sua entrada, quem é a pessoa responsável pelo cumprimento das obrigações previstas no aludido diploma legal?

Numa análise meramente perfunctória da lei podemos verificar que, de acordo com a legislação oriunda da U.E, conforme já foi referido, não consta uma definição do que se entenda por “responsável pela colocação no mercado” de aparelhos rádio. Concretizando, importa determinar se é relevante (i) a (primeira) introdução do equipamento no mercado da U.E. ou (ii) a introdução, quer no mercado nacional, quer no mercado da U.E., independentemente de existirem, ou não, outras entidades, a montante ou a jusante, a colocar esses mesmos aparelhos no mercado.

A título de exemplo, temos a situação de um distribuidor que coloca no mercado da U.E., pela primeira vez, o equipamento (o importador para o mercado da União Europeia).

É este a pessoa responsável - a par do fabricante e, nalguns casos, do seu representante legal na União Europeia, - pelo cumprimento das obrigações constantes da Diretiva *supra* referida e, por maioria de razão, do DL de transposição, ou será (também) responsável aquele que, posteriormente, adquirir o(s) equipamento(s) ao importador e por sua vez os introduz num determinado mercado específico?

Feito este enquadramento introdutório à questão - o mercado que é relevante para efeitos do DL n.º 192/2000, de 18 de Agosto -, importa analisarmos cada um dos elementos que podem auxiliar na determinação do conceito de “responsável pela colocação no mercado”. Alguns deles ponderados pela jurisprudência, conforme adiante também se referirá, quando passarmos à análise das decisões que têm vindo a ser proferidas pelos Tribunais Portugueses.

#### **4.- Das obrigações a cargo do responsável pela colocação no mercado dos equipamentos previstos no DL n.º 192/2000 de 18 de agosto**

Não existindo uma definição de responsável pela “colocação no mercado” de aparelhos rádio em nenhum dos diplomas até ao momento referidos, não impede a que não esteja presente no Decreto-Lei n.º 192/2000 de 18 de agosto, as obrigações deste agente económico.

O DL que transpõe para o direito interno a Diretiva 1999/5/CE de 9 de março, indica expressamente as situações em que cabe ao responsável pela “colocação no mercado” determinadas obrigações. Nomeadamente:

1. Artigo 8.º: é-nos indicado que é atribuído ao responsável, juntamente com o fabricante de aparelhos, o dever de “informar o utilizador sobre o fim a que o aparelho se destina” e “fornecer ao utilizador declaração de conformidade com os requisitos essenciais, a qual deverá acompanhar o aparelho”.

3. Artigo 9.º: uma obrigação complementar ao art. 8.º encontra-se no disposto deste artigo, o qual informa que o aparelho deverá “conter indicação sobre se o equipamento se destina a ser utilizado no território nacional ou em parte deste, indicando neste caso as respectivas áreas geográficas e alertar o utilizador para as eventuais restrições ou requisitos a que se encontre sujeita a utilização do equipamento em causa”.
4. Artigo 26.º: indica que é a pessoa responsável pela colocação do aparelho no mercado, que conjuntamente com o fabricante e o representante (deste último) na U.E. que procedem à marcação dos aparelhos com as siglas CE.
5. Artigo 27.º: na sequência da marcação, verificamos que o presente artigo indica as necessárias formalidades para a conformidade dessa marcação, com as disposições legais da U.E. Alertando a disposição prevista no seu n.º 3 que estes aparelhos devem ser acompanhados da identificação da classe de equipamentos; e “incluir elemento informativo do utilizador de que o aparelho utiliza faixas de frequências cuja utilização não está harmonizada em toda a U.E.”. <sup>8</sup>. Ainda é exigido que estes possam ser identificáveis através do tipo, do número de lote e de série e do nome do fabricante ou da pessoa responsável pela “colocação no mercado”.
6. Artigo 28.º, n.º 3: é ainda fundamental, nos termos desta disposição, a “documentação, os manuais de informação e instruções que nos termos das disposições legais mencionadas no número anterior acompanham os aparelhos devam dispor de versão em língua portuguesa e conter indicação expressa das disposições legais em relação às quais o aparelho se encontre conforme”. Em virtude de este artigo remeter para o artigo anterior (artigo 27.º), obriga a que o responsável pela “colocação no mercado” detenha esta obrigação, mais a do presente artigo em análise.

---

<sup>8</sup> cfr. al. a) e b)

No entanto, mais recentemente, tem surgido jurisprudência noutro sentido que entende que o artigo 27.º não se aplica a equipamentos de rádio.

O acórdão do processo n.º 47/12.4YUSTR.L1-3 refere que o artigo 28.º n.º1 indica a “marcação CE e outras disposições legais”, não referindo quais são essas disposições legais. Ora a Portaria 767-A/93, de 31/08 ( n.º 12.º, 13.º e 14.º), definia quais essas disposições, porém entretanto foi revogada pelo DL 325/2007, de 28/09.

Este último DL mencionado, exclui do seu âmbito de aplicação os equipamentos abrangidos pelo DL n.º 192/2000 de 18 de agosto. Daqui resulta que a norma do art. 28.º, n.º 1, do DL n.º 192/2000 deixou “de ter aplicação aos aparelhos de rádio e terminais de telecomunicações”.<sup>9</sup>

6- Do anexo II: O responsável pela “colocação no mercado” tem ainda a obrigação de “manter e disponibilizar a documentação técnica para efeitos de inspeção e fiscalização, durante um período não inferior a 10 anos, contados da data de fabrico do último aparelho”.

7- Por último, já não uma obrigação, mas sim um encargo: O suporte financeiro dos ensaios dos aparelhos, caso os mesmos não estejam em conformidade com a respectiva declaração.

Ora, o ICP-Anacom, na realização dos ensaios dos aparelhos, suporta as despesas com os mesmos, salvo se “verificar que estes não se encontram em conformidade com a respectiva declaração, caso em que estes serão suportados pelo fabricante, pelo seu representante legal ou pelo “responsável pela colocação dos mesmos no mercado”, nos termos do n.º 5 do artigo 31.º do DL até aqui analisado.

---

<sup>9</sup> Ac.Tribunal da Relação de Lisboa, proc. n.º 47/12.4YUSTR.L1-3

## **5.- Da livre circulação de aparelhos rádio**

É nossa convicção que não se pode definir o mercado que é relevante para apuramento de responsabilidade nos termos do DL até agora referido, sem numa análise cuidada, ter em conta a livre circulação dos aparelhos rádio. Conforme se encontra presente em diversas disposições da U.E., os produtos devem circular sem restrições, estes só devem atuar na sua plenitude num determinado mercado, se forem objeto dessa livre circulação. Note-se que este argumento proíbe os Estados de restringir mercadorias oriundas de outro Estado-membro. Esta disposição patente no artigo 26.º do TFUE ocasionou muitas outras, que dominam a regra da livre circulação, conforme o próprio artigo 8.º do DL n.º 192/2000 de 18/8, que foi sensível às considerações da Diretiva 1999/5/CE de 9 de março.

Ora, também o TFUE prevê que as mercadorias originárias (não consagrando uma definição concreta do que se entende por esse conceito) têm direito à livre circulação, deduzindo -se que o mesmo se passará com aquelas denominadas por não originárias.

Transmitindo-nos a ideia de que os equipamentos aqui em causa são produzidos e fabricados fora do mercado da União Europeia.

Posto isto, cabe-nos verificar em que termos pode existir uma restrição por parte dos Estados-membros aos produtos/equipamentos oriundos de países terceiros, que não cumpram as normas previstas na União Europeia.

Além da restrição da circulação do equipamento quando o mesmo já se encontra no espaço europeu, tal facto também poderá suceder aquando da sua entrada num determinado Estado- membro pela primeira vez.

De qualquer modo, estamos perante restrições quantitativas em que se colocam entraves a um determinado equipamento, por o mesmo não deter as “ condições exigíveis” em termos legais. Na realidade são formalidades criadas com um fim

protecionista (no caso em concreto- saúde humana), em que condiciona a dita livre circulação do equipamento.

#### **6.- Resolução do Conselho n.º 85/C136/01 de 7 de maio.**

A resolução do Conselho n.º 85/C136/01, de 7 de maio de 1985, tende a “reformular a harmonização técnica dentro da U.E., com uma nova base, harmonizando apenas as exigências essenciais relativas aos produtos e aplicando a remissão para as normas e o princípio do reconhecimento mútuo, para por fim aos entraves técnicos à livre circulação de mercadorias”<sup>10</sup>.

Mais conhecida por “Nova abordagem”, a mesma pretende que todas as Diretivas passem “a referir os requisitos essenciais de saúde, segurança e bem-estar de pessoas e animais, de protecção do meio ambiente que os produtos devem cumprir e as formas de comprovação da conformidade com esses requisitos (...). As Diretivas elaboradas de acordo com esta resolução são commumente designadas por Diretivas Nova abordagem”.<sup>11</sup>

A “Nova abordagem” considera que, para que o sistema possa funcionar, deve satisfazer-se duas condições, a saber: “as normas devem assegurar uma garantia de qualidade do produto conforme; os poderes públicos devem valer pela protecção da segurança (ou uma das exigências visadas) no respetivo território, condição esta necessária para estabelecer confiança mútua entre os Estados-membros”.<sup>12</sup> <sup>13</sup> Sem dúvida que é cada vez mais fundamental assegurar a livre circulação de um produto, “sem recurso a um controlo prévio da

---

<sup>10</sup> Introdução da Resolução do Conselho 85/C136/01 de 7 de Maio de 1985 retirada do site [http://europa.eu/legislation\\_summaries/internal\\_market/single\\_market\\_for\\_goods/technical\\_harmonisation/121001a\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/internal_market/single_market_for_goods/technical_harmonisation/121001a_pt.htm).

<sup>11</sup> <http://catim.pt/Catim/normalizacao/normalizacao06.htm>

<sup>12</sup> Resolução do Conselho 85/C136/01 de 7 de maio de 1985.

<sup>13</sup> Em 2003 sucedeu um conato de criação do “ reforço da aplicação das Diretivas Nova Abordagem”. Com este a Comissão pretendeu “ facilitar a livre circulação numa perspetiva de uma U.E. mais alargada.

observância das exigências essenciais”. Não quer isto dizer que esse controlo não deva existir. Simplesmente, a questão que se coloca é saber se esse controlo deve ser feito sempre que o produto é cedido onerosa ou gratuitamente.

Consideramos agora a título de exemplo o recurso de Évora datado de 10/09/2013, referente ao processo n.º 33/12.4YQSTR.E1, o qual refere que dever-se-á ter em conta os objetivos da “Nova Abordagem”.

Nomeadamente, “ a pessoa singular ou coletiva que importe um produto para a comunidade pode ser considerada, em algumas situações, como a pessoa que deve assumir as responsabilidades que incumbem ao fabricante por força das diretivas “Nova Abordagem” aplicáveis “.



## 7.- The “BLUE GUIDE” on the implementation of EU product rules (2014)

Para um melhor entendimento das regras aplicáveis aos equipamentos comercializados no mercado da União Europeia, a Comissão Europeia emitiu o “The Blue Guide on the implementation of EU product rules, 2014”<sup>14</sup><sup>15</sup>.

Numa tentativa de implantação mais uniforme e coerente da Diretiva 1999/5/CE, vem esta recomendação auxiliar os Estados-membros, a procederem à aplicação de legislação europeia, com vista a obter uma maior harmonização da circulação dos “equipamentos” e respetiva segurança.<sup>16</sup>

Desde logo destaca a importância da livre circulação dos equipamentos/produtos na U.E., sendo igualmente de destacar a clareza na exposição quanto ao conceito de “colocação no mercado”.

De acordo com este guia, um produto é colocado no mercado quando é disponibilizado pela primeira vez no mercado da União Europeia. Quando um fabricante ou importador fornece um produto a um distribuidor ou um usuário final, pela primeira vez, a operação é sempre rotulada em termos legais como “colocação no mercado”. Qualquer operação posterior já não trata do termo da “colocação no mercado”, mas sim da disponibilização do produto.

O objetivo da U.E. é, sublinhe-se, conseguir aplicar as mesmas regras a todos os produtos do mesmo tipo em todo o espaço comunitário. O que permite uma aplicação uniforme das regras, independentemente da origem do produto (espaço U.E., ou espaço fora da U.E.). Com isto, adquire-se uma maior estabilidade e segurança nos produtos que circulam na U.E., não meramente obrigando ou responsabilizando os países da Comunidade, mas também os restantes.

---

<sup>14</sup>(O Guia azul para implementação das regras dos produtos da União Europeia, 2014).

<sup>15</sup> Nossa tradução.

<sup>16</sup> “ A harmonização é, pois, um instrumento fundamental da integração, ou seja, da prossecução, antes do Mercado Comum e do Mercado interno e, hoje, da União Económica e Monetária, em suma da livre circulação”. Quadros, Fausto de, Direito da União Europeia, 2.<sup>a</sup> Reimpressão, Almedina, 2008.

Esta recomendação deve ser distinguida pelo esforço de alcançar uma maior harmonização da legislação. Neste âmbito, destacam-se princípios como o da uniformidade, harmonização, igualdade na aplicação do direito e o da livre circulação de produtos, com vista a alcançar os objetivos pretendidos pela U.E.

## **8.- Elementos interpretativos na jurisprudência**

A questão predominante que se nos suscita consiste em determinar a quem caberá a responsabilidade prevista na Diretiva 1999/5/CE e no transposto DL, aquando da implementação do equipamento no mercado.

A jurisprudência nacional não é uniforme no que diz respeito a esta questão.

No entanto, consideramos que não bastará atender às decisões proferidas pelos Tribunais. Afigura-se-nos conveniente referir as posições explanadas pelos diversos sujeitos processuais em momento prévio à tomada das decisões. Vejamos:

8.1. - Aplicação da teoria segundo a qual a entrada relevante corresponde à primeira entrada do aparelho no mercado da União Europeia (Teoria A)

Para a aplicação da *supra* referida teoria, temos de ter em consideração os diversos acórdãos que têm na sua génese a aplicação desta teoria. Esta tem por base a fundamentação de que é considerado responsável pela “colocação no mercado” de aparelhos rádio, o agente económico que os introduz no mercado comunitário pela primeira vez.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Ainda consta do referido acórdão que “ ao responsável pela colocação no mercado não lhe é exigível que elabore a declaração de conformidade e que verifique ele próprio a conformidade do aparelho com os requisitos essenciais. Trata-se apenas de lhe exigir que proporcione ao consumidor , juntamente com o aparelho, o recebimento efetivo da declaração de conformidade , fornecendo-a com a indicação dos requisitos essenciais do art 8.º b) do DL n.º192/2000”.

É esta a conclusão que retiramos do acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, datado de 15/01/2014, proc. n.º 47/12.4 YUSTR.IL-3, disponível em *www.dgsi.pt*.<sup>18</sup>

Neste sentido, o Tribunal adota este entendimento com base na fundamentação do MP<sup>19</sup>, baseada essencialmente no “The Blue Guide”. Indicando o acórdão que é o “importador ou o responsável pela “colocação no mercado” a pessoa que coloca no mercado comunitário um produto abrangido pela Diretiva e proveniente de um país terceiro ”.

Mais refere, aliás o próprio MP, *in casu*, que dever-se-á entender por “responsável pela colocação no mercado” para efeito da norma do art.8.º b), do DL n.º 192/2000, de 18/08, o “ agente económico que coloca o equipamento de rádio ou terminal de telecomunicações pela primeira vez no mercado europeu e não aquele que o coloca no mercado nacional”.

Para reforço deste entendimento basta analisarmos o acórdão n.º 81/12.4YQSTR.E1, datado de 11/07/2013. Não vertendo o conteúdo deste acórdão sobre a questão de quem é responsável pela “colocação no mercado” de aparelhos rádio. Informa, no entanto, que deve ter-se em conta o diploma legal nacional, conjugado com a Diretiva 1999/5/CE de 9 de Março e, bem assim, com o guia *supra* referido.

Ou seja, uma vez que o texto do “The Blue Guide” prevê que é responsável pela colocação no mercado “quem pela primeira vez coloca um produto no mercado comunitário, com vista à sua distribuição ou utilização na Comunidade”, a leitura que extraímos do aludido acórdão é a de que a mesma

---

<sup>18</sup>Recorre assim este tribunal à defesa desta teoria através da fundamentação de uma sentença do Tribunal judicial de Matosinhos - processo correu os seus termos sob o n.º 7306/11.1TBMTS. Constatase que o Tribunal absolveu a arguida com o fundamento de que esta não deteria a qualidade de responsável pela “colocação no mercado” - “qualidade que de acordo com esta sentença, apenas pode ser reconhecida às entidades que introduzem os equipamentos no mercado único europeu. Não sendo, por essa razão, exigível àquele agente o cumprimento da obrigação vertida no artigo 8.º, alínea b), do DL n.º192/2000 de 18 de agosto”.

<sup>19</sup> O MP expõe este entendimento na sua resposta ao recurso interposto pela Arguida, nos termos previstos no artigo 413.º do Código de Processo Penal.

interpretação deve ser feita, quer em relação à Diretiva 1999/5/CE, quer em relação ao DL n.º 192/2000.

Numa análise concreta do caso, será a sociedade G (que é representante legal do fabricante na União Europeia) que importou o equipamento da China para o Reino Unido e posteriormente o vendeu para o mercado Português, que colocou os equipamentos no mercado nacional, devendo a mesma ser considerada a entidade responsável, *in casu*, pela colocação no mercado dos equipamentos. Notavelmente, o Tribunal da Relação de Évora partilha da mesma opinião, face a argumentos como: “quando estão em causa produtos fabricados no espaço geográfico da CE, a obrigação de fornecer ao utilizador declaração de conformidade com os requisitos essenciais a qual deve acompanhar o aparelho, cabe ao fabricante; e quando estão em causa produtos fabricados no espaço geográfico exterior à CE, a obrigação de fornecer ao utilizador declaração de conformidade com os requisitos essenciais, a qual deve acompanhar o aparelho, cabe a quem introduzir o produto na área geográfica da CE”.

Cremos que a posição adotada será uma mais valia em questões práticas, transmitindo coerência e indo ao encontro das recomendações da própria União Europeia. Refira-se ainda que o “The Blue Guide” lança claramente a posição a adotar. De acordo com a sua linha de orientação (recomendação) concebida para os Estados-membros, pretende este diploma que as decisões destes sejam o mais uniforme possível.

Tal como afirma Fausto de Quadros, as recomendações “encerram um convite aos seus destinatários para a adoção de um dado comportamento(...) noutros casos, a recomendação visa definir um quadro geral de atuação, dentro do qual o órgão destinatário se deverá mover(...) Portanto, como se vê, a recomendação produz um efeito jurídico persuasivo, que não está muito afastado de um efeito vinculativo. No domínio prático, a recomendação acaba por obrigar”.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Quadros, Fausto de, Direito da União Europeia, Direito Constitucional e administrativo da União Europeia, 2.ª Reimpressão, Almedina, 2008, págs.367 e 368.

Mais, uma vez que o DL n.º 192/2000 não responde à questão de saber quem é o responsável pela “colocação no mercado” de aparelhos rádio, devemos auxiliar-nos da própria Diretiva 1999/5/CE de 9 de março, como primeiro elemento basilar de apoio à interpretação, a qual menciona nove vezes o conceito de mercado ao longo do diploma. Em duas das vezes a aludida Diretiva refere expressamente mercado comunitário.

Pretende-se com esta teoria alcançar os resultados desejáveis por parte das instituições europeias e dissuadir disparidades entre decisões proferidas sobre os mesmos factos e sobre a mesma questão de Direito.

8.2.- Aplicação da teoria segundo a qual é irrelevante a primeira entrada no mercado da União Europeia, assumindo relevância toda e qualquer colocação no mercado nacional de um determinado Estado-membro (Teoria B);

Não obstante, nem todas as decisões no nosso ordenamento jurídico são conformes com a tese anteriormente referida e defendida.

No acórdão do processo n.º 43/12.1YQSTR.E1 datado de 16/04/2011, constam como responsáveis pela “colocação no mercado” as entidades que “colocam o produto à venda no mercado de um dos Estados-membros, tenham ou não adquirido o produto a outra empresa sediada em país membro do espaço comunitário, e não apenas a entidade responsável pela sua colocação pela primeira vez no mercado interno”. Entendendo que só essa interpretação se coaduna com a livre circulação de produtos e com a proteção do consumidor.

Infelizmente, parece-nos que esta interpretação não poderá permitir a livre circulação de produtos. Isto porque, a livre circulação de produtos pretende eliminar obstáculos irrelevantes a produtos que se encontrem a circular. É claro que se for imputada a responsabilidade meramente a quem coloca o produto à venda no mercado de um dos Estados-membros, neste caso nacional, não estará a

eliminar a barreira da livre circulação, mas sim a condicionar a entrada desse produto, sendo que, claramente irá dificultar a entrada do produto caso este seja reencaminhado para outro Estado-membro.

Ora hipoteticamente, se determinado produto entrar em Portugal (supostamente em conformidade com a Diretiva), sendo realizada uma venda desse produto posteriormente para França, teria este último que verificar a conformidade do produto em questão. Porém, este último, tendencialmente acredita que o produto esteja em conformidade, visto que o mesmo já “entrou” num país da Comunidade. Se tal não acontecer, será este último a zelar pelo cumprimento das regras da Diretiva, apesar de já só estar em contacto com o produto muito posteriormente há sua entrada.

Defende ainda esta teoria que a mesma é a que melhor permite salvaguardar os direitos do consumidor. No entanto, face ao exemplo apresentado, dificilmente tal sucederia. Os consumidores do Estado francês, poderiam ser expostos ao produto, sem que o mesmo estivesse em conformidade com as disposições previstas. Neste sentido iria ser criado um clima de insegurança e de dúvida por parte dos próprios consumidores.

Sem dúvida, esta tese provoca, em nosso entender, a confusão entre os vários intervenientes na circulação dos equipamentos, em virtude de prever no seu preâmbulo que “mais abrangente do que o anterior, o novo regime centra-se na responsabilização dos agentes intervenientes no mercado aos quais compete, através dos procedimentos de avaliação de conformidade e de marcação, garantir o cumprimento dos requisitos e condicionantes aplicáveis”. Entendendo que caberá responsabilizar mais agentes económicos, não responsabilizando apenas aqueles que introduziram o equipamento, pela primeira vez no mercado da U.E. Na sua interpretação, mais agentes económicos poderia gerar uma aproximação de responsabilidade, no entanto contrariamente ao desejável, poderá confundir com a intervenção de tantos agentes económicos.

Destarte, nos termos desta tese, é responsável pela “colocação no mercado” todas as entidades que colocam o produto à venda no mercado de um dos Estados-membros, tenham ou não adquirido o produto a outra empresa sediada em país membro do espaço comunitário. Sem prejuízo de opinião em contrário, cremos que esta tese não é a que melhor assegura os objetivos previstos na Diretiva até agora em vigor. A pugnar pela tese cuja bondade ora se indica, seria excluída a responsabilidade dos importadores nacionais. Desse modo, a responsabilidade transferir-se-ia para uma entidade estrangeira, não acautelando os necessários deveres para com o consumidor.

Ainda na interpretação deste conceito e sob o caso em apreço, existe a necessidade da conjugação de todos os textos *supra* referidos, com a legislação do consumidor. Ora, “verifica-se que, para além da livre circulação neste caso de bens, encontram-se vigentes e com carácter transnacional, outro tipo de salvaguardas de carácter pessoal relativas ao consumidor de tais bens”. Concluindo este tribunal que, “ não existindo uma obrigatoriedade para todos os produtores de bens, no interior do espaço europeu, cumprirem na origem com todos os requisitos exigíveis para a circulação de tais bens no interior de todo o espaço europeu (o que aliás constituiria uma exigência absurda dado o número de países e línguas que hoje em dia constituem a U.E.), deverá ser quem os faz circular livremente e casuisticamente, neste mesmo espaço onde tem a intenção de comercializar o mesmo”.

Em defesa desta teoria, surgiu um reforço por parte do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão sobre a questão, o qual entende que “responsável pela colocação no mercado”, são todas as entidades que colocam o produto à venda no mercado português, tenham ou não adquirido o produto a outra empresa sediada em país membro do espaço comunitário”.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Update, Momentum, Contencioso e Arbitragem, consulta disponível em - [http://www.servulo.com/pub\\_updates.php?aID=3541](http://www.servulo.com/pub_updates.php?aID=3541)

## 9.- Uniformização de jurisprudência?

No âmbito do processo n.º 47/12.4YUSTR.L1 datado de 15/01/2014, veio o MP interpor para o STJ, recurso extraordinário para fixação de jurisprudência, com o fundamento em oposição de acórdãos da Relação - entre o acórdão *supra* referido e o acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 16/04/2013, processo n.º 43/12.5YQSTR.E1.

*Id est* não sendo nenhum dos dois suscetíveis de recurso ordinário, impõe-se a fixação de jurisprudência.

O MP recorrente, alega que a questão a decidir no acórdão recorrido é de saber qual o agente económico “responsável pela colocação no mercado”, para efeitos do artigo 8.º, al. b) do DL n.º 192/2000 de 18 de agosto, “se o que coloca o equipamento rádio ou terminal de telecomunicações pela primeira vez no mercado europeu, se aquele que o coloca no mercado nacional”.

Numa análise cuidada, o STJ detectou que os dois acórdãos em causa não abordam na sua essência a mesma questão. Mas no âmbito formal, entendeu que se encontravam preenchidos todos os requisitos formais de admissibilidade do recurso.

Neste sentido o acórdão fundamento expende a doutrina segundo a qual por responsável pela “colocação no mercado” se devem entender todas as entidades que colocam o produto à venda no mercado de um dos Estados-membros, tenham ou não adquirido o produto a outra empresa sediada em país membro do espaço comunitário (...) a questão em análise consiste em saber se as obrigações *supra* mencionadas, devem recair sobre o fabricante ou sobre os “responsáveis pela sua colocação no mercado”.

Ao invés, no acórdão recorrido coloca-se uma questão de mercado nacional/ mercado europeu.



Ora o primeiro tem o seu fundamento no âmbito europeu, sem que “qualquer problema relativamente ao mercado nacional tenha sido - sequer questionada e muito, decidida”.

Assim não são coincidentes as questões de direito colocadas nos acórdãos mencionados, não permitindo ao Tribunal proferir decisão para fixação de jurisprudência.<sup>22</sup>

Verifica-se que, enquanto o acórdão recorrido interpreta e aplica o conceito de “responsável pela colocação no mercado” para efeitos do artigo 8.º al. b) do DL n.º 192/2000 de 18 de agosto, o acórdão fundamento da oposição, baseia-se, por seu turno, na obrigação dos fabricantes de aparelhos ou dos responsáveis pela sua “colocação no mercado” de fornecer ao utilizador a declaração de conformidade com os requisitos essenciais, a qual deve acompanhar o aparelho.

## **10.- ICP-Anacom**

A ICP-Anacom é uma pessoa colectiva de direito público que regula e supervisiona o setor das comunicações e dos serviços postais em Portugal.

De acordo com o artigo 9.º al. c) dos Estatutos do ICP-Anacom, cabe a este “fiscalizar o cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis ao setor das comunicações”. Competindo ainda, “processar e punir as infrações administrativas às leis e regulamentos cuja implementação ou supervisão lhe compete, bem como as resultantes do incumprimento das suas próprias determinações”.<sup>23</sup> É no âmbito desta exposição que o mesma atua, para fiscalizar/

---

<sup>22</sup> De acordo com o artigo 437.º do CPP, quando no domínio da mesma legislação, um tribunal da Relação profira acórdão que esteja, relativamente à mesma questão de direito, em oposição com o outro da mesma ou de diferente relação, ou do STJ, o MP interpõe obrigatoriamente recurso para o pleno das secções criminais do STJ, para fixação de jurisprudência do acórdão proferido em último lugar, se dele não for admissível recurso ordinário.

<sup>23</sup> N.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos do ICP-Anacom.

sancionar as entidades que não cumprem os requisitos previstos no DL n.º 192/2000 de 18 de agosto.

O ICP-Anacom além do regime em que pratica atos sancionatórios, é, enquanto autoridade administrativa, também concedida a oportunidade de trazer para o Tribunal em sede de audiência, elementos que auxiliem na correcta decisão do caso.<sup>24 25</sup>

De acordo com o acórdão do processo n.º 47/12.4YUSTR.L1-3 de 15/01/2014, a autoridade administrativa *supra* referida foi consultada, tendo a mesma elaborado um parecer em que refere: “são responsáveis pela colocação no mercado, para a Diretiva 1999/5/CE, todas as entidades que coloquem à venda equipamentos terminais e de rádio, independentemente da fase do circuito comercial em que o façam, e independentemente de a quem os adquiriram”. Adotando assim, a posição da teoria segundo a qual é irrelevante a primeira entrada no mercado da U. E., sendo relevante qualquer colocação no mercado nacional num qualquer Estado-membro.

Ora este entendimento, segue a mesma linha nos restantes acórdãos que já analisámos e que eventualmente poderemos referir. O ICP-Anacom no acórdão do processo n.º 81/12.4YQSTR.E1 fundamenta a sua opinião tendo por base os seguintes argumentos:

- Ponto 3.2 al. 10.<sup>a</sup> “toda e qualquer entidade que coloque à venda equipamentos terminais e de rádio no território nacional está a colocá-los, quer no mercado nacional quer no mercado comunitário, independentemente de existirem ou não outras entidades a montante ou a jusante a colocar esses mesmos aparelhos no mercado”.

---

<sup>24</sup> Artigo 70.º n.º 1 RGCO

<sup>25</sup> “O direito de presença do representante da autoridade administrativa estende-se a todas as partes da audiência de julgamento. Contudo, a autoridade administrativa não tem a obrigação de estar presente e intervir na audiência de julgamento, salvo quando seja convocada como testemunha”- cfr. Comentário do Regime Geral das Contra - Ordenações à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Pinto de Albuquerque, Paulo, Universidade Católica, 2011, comentário ao artigo 70.º pág. 287.

- O “ The Blue Guide” não tem força vinculativa, duvidando a entidade que a indicação da primeira entrada na U.E. seja a correta ou sequer relevante.

Face a todo o exposto, verificamos, sobre a análise dos diversos acórdãos, que o ICP-Anacom defende sempre a teoria segundo a qual são relevantes todas as entidades que sucessivamente vão introduzindo equipamentos em mercados de países membros. Tal como referido anteriormente, não nos parece esta a adoção correta, face ao problema em exposição.

Na realidade, é difícil entender o porquê desta tomada de posição por parte do ICP- Anacom. Como noutro momento tivemos oportunidade de aflorar a U.E realça tanta na Diretiva, como no “The Blue Guide” que o mercado consiste no mercado da União Europeia.

Pois bem, resta ter conhecimento que com a tomada desta posição por parte do ICP-Anacom, a título de exemplo no ano de 2007 foram instaurados 6 (seis) processos de contra-ordenações.<sup>26</sup> O valor dos processos em concreto e sobre esta data são desconhecidos pela autora, no entanto, basta uma análise de alguns dos acórdãos até agora referidos, para sobressair o possível interesse na tomada desta posição.

---

<sup>26</sup> Consultável em <http://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=306078#.VtiQSDZOCsM>

## II - Parte

### 11.- Direito Estrangeiro

No presente capítulo iremos abordar a transposição <sup>27</sup> da Diretiva 1999/5/CE de 9 de março, em três ordenamentos jurídicos da U.E.

Numa primeira fase optamos apenas por analisar dois ordenamentos jurídicos pertencentes ao sistema romano- germânico (Espanha e França). Considerámos pertinente demonstrar dentro do mesmo sistema jurídico, a existência de diferenças na transposição, nomeadamente na definição de conceitos essenciais. Acessoriamente procuramos verificar quais os efeitos dessas diferenças, caso existam, e se no âmbito das responsabilidades dos agentes subsistem também diferenças relevantes.

Será assim analisada criteriosamente a exposição que contém a indicação de “colocação no mercado” e as diferenças presentes nos ordenamentos com o sistema jurídico *supra* referido.

Numa segunda fase, pareceu-nos conveniente ainda colocar em análise um ordenamento jurídico também da U.E., mas com um sistema jurídico diferente, neste caso a Common Law. Concretizando, será analisada a transposição efetuada para o Reino Unido, cabendo averiguar quais os efeitos desta transposição e em que medida se manifestam no ordenamento jurídico em causa.

Todo este capítulo tentará demonstrar que alguns dos Estados -membros ao efectuarem a transposição da Diretiva 1999/5/CE de 9 de março, realizaram a mesma de forma pouco clara, padecendo o seu conteúdo de lapsos e lacunas.

---

<sup>27</sup> A transposição de diretivas tem em vista “ que os legisladores nacionais adotam um ato que proceda à sua transposição para o direito interno, como uma lei, decreto-lei ou decreto legislativo regional. (...) “ O processo de transposição implica para os Estados - Membros o cumprimento de uma obrigação de resultado, o que significa que estes têm discricionariedade para escolher a forma ( isto é o ato jurídico ) através do qual procedem à transposição da diretiva”. Negociação, transposição e aplicação de legislação de União Europeia, Manual de boas práticas, 2014, pág. 10 e 12, consultável em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000061001-000062000/000061756.pdf>.

## **11.1.-Transposição da Diretiva 1999/5/CE para o ordenamento jurídico Espanhol**

### **11.1.1. Colocação no mercado**

O ordenamento jurídico vizinho efetuou a transposição da Diretiva 1999/5/CE de 18 de agosto, através da criação do Real Decreto 1890/2000 de 20 de novembro.<sup>28</sup>

Ora, o Real Decreto em causa não coloca qualquer tipo de dúvida quanto à determinação do conceito de responsável pela “colocação no mercado”, salvo melhor juízo.

Na verdade, o mesmo menciona na al. n) do artigo 3.º que “colocação no mercado” é a primeira oferta que se realiza para que um aparelho possa ser distribuído ou posto em uso no mercado comunitário, com carácter oneroso ou gratuito.<sup>29 30</sup> O mesmo não se passa com a nossa Lei, que, ao invés, indica o conceito de “colocação no mercado”, mas não o define, criando, por conseguinte, evidentes dificuldades ao intérprete.

Perante o ordenamento jurídico em análise, verificamos que apenas a menção da definição de “colocação no mercado”, bastou para não originar dúvidas consideráveis no seio da jurisprudência. Sendo responsável pela colocação no mercado, quem introduz o equipamento no mercado, sendo o mercado que releva para efeitos de atribuição dessa responsabilidade, o mercado comunitário.

---

<sup>28</sup> Real Decreto 1890/2000 de 20 de noviembre (por el se aprueba el reglamento que establece el procedimiento para la evaluación de la conformidad de los aparatos de telecomunicaciones).

<sup>29</sup> Nossa tradução.

<sup>30</sup> Cfr. Decreto Real 1890/2000, al.n), art.3.º “ Puesta en el mercado: es la primera oferta que se realiza para que un aparato pueda ser distribuido o puesto en uso en el mercado comunitário com carácter oneroso ou gratuito”.

O estudo deste conceito é de extrema importância no ordenamento jurídico espanhol, pois cabe ao responsável pela colocação no mercado assegurar as garantias dos equipamentos rádio.<sup>31</sup>

Após uma cuidada análise de jurisprudência espanhola, verificamos que não subsiste o problema da colocação no mercado e de quem será o agente responsável por esta. A dúvida nem sequer é retratada nos acórdãos consultáveis em [www.poderjudicial.es](http://www.poderjudicial.es) <sup>32</sup>. A menção presente nos diversos acórdãos em que designa o responsável pela colocação no mercado, já pressupõe o conhecimento do agente, em prol do mencionado artigo 3.º. Como se disse atrás, esta situação é a oposta ao presente no nosso ordenamento jurídico, pois não temos qualquer definição de colocação no mercado e temos uma jurisprudência abundante na tentativa de definir tal conceito.

Bastará, em nossa opinião, verificar os termos da al. n) do artigo 3.º do Real Decreto para concluir que é responsável pela “colocação no mercado” o agente económico que introduz, pela primeira vez, determinado equipamento no mercado da U.E.

#### 11.1.2 - Das obrigações

Sendo consequência imediata do conceito de colocação no mercado, a atribuição das obrigações ao responsável pela colocação no mercado,

---

<sup>31</sup> Cfr. Artigo 12.º n.º 2 do Real Decreto n.º 1980/2000 de 20 de novembro: “ Además deberá detallar expresamente la persona, física o jurídica, responsable de la puesta en el mercado en España, que será la responsable de la garantía del aparato. “

<sup>32</sup> Veja -se o Recurso 778/2012, Madrid, Audiencia Nacional. Sala de lo Contencioso de 21 de Julho de 2014, consultável em <http://www.poderjudicial.es/search/doAction?action=contentpdf&databasematch=AN&reference=7140387&links=Decreto%20Real%201890/2000&optimize=20140806&publicinterface=true>

O presente acórdão refere as obrigações subjacentes a determinados agentes económicos, entre eles, o responsável pela colocação no mercado. No entanto, não existe qualquer referência de dúvida quanto à identidade do sujeito, simplesmente são referidas obrigações a quem efectue a colocação no mercado. Sendo no caso em apreço a obrigação de verificação de conformidade e avaliação dos equipamentos rádio, antes da sua entrada em mercado, quando exportados de países fora da U.E.

pretendemos de forma sucinta elaborar uma pequena abordagem a essas mesmas obrigações. Desde logo, em que medida este será responsável subsidiariamente ou co- responsável por uma obrigação presente no Real Decreto *supra* referido e as diferenças substanciais com o nosso ordenamento jurídico.

Da leitura do Real Decreto podemos resumidamente extrair, que o responsável pela colocação no mercado atua de forma subsidiária nas questões do artigo 6.º. Conforme o artigo 6.º menciona, é responsável nos termos do presente artigo 4.º do R.D., o fabricante, ou o seu representante legal na U.E. Subsidiariamente, a responsabilidade recai sobre o importador do aparelho, quando aqueles não estiverem estabelecidos na U.E. Na ausência dos anteriores, o responsável será aquele que colocou o equipamento no mercado. Na hipótese de ausência de todos os responsáveis mencionados, a responsabilidade será da pessoa que coloca em serviço o equipamento ou, em alternativa, usuário do mesmo.<sup>33</sup>

Regime diverso é aquele que resulta do artigo 15.º do Real Decreto. Este preceito legal, exige a marcação CE dos aparelhos rádio, mas esta marcação será elaborada pelo fabricante, ou pelo seu representante a nível da U.E., ou pela pessoa responsável pela colocação no mercado. Existe assim uma co-responsabilidade por parte destes intervenientes, não indicando o diploma legal meramente um sujeito, encontrando-se os três responsáveis por esta marcação. Cremos que na situação em apreço, trata-se de uma situação de co-responsabilidade, na medida em que compete a todos e a cada um deles assegurar pelo cumprimento das obrigações constantes daquele diploma legal (a título de

---

<sup>33</sup> Cfr. Decreto Real 1890/2000, artigo n.º 6 Sujetos obligados -“Los fabricantes de los aparatos serán los responsables de llevar a cabo las actuaciones necesarias para asegurar el cumplimiento de los requisitos contemplados en el artículo 4. Si el fabricante o su mandatario no están establecidos en la Unión Europea, la responsabilidad de su cumplimiento recaerá sobre el importador del aparato y, en su ausencia, sobre el responsable de la puesta en el mercado del mismo. En ausencia de los responsables anteriores, si la adquisición se hubiese realizado directamente, la responsabilidad será de la persona que lo ponga en servicio o del usuario del mismo”.

exemplo, a obrigação de assegurar que as embalagens dos equipamentos se fazem acompanhar da respetiva declaração de conformidade).

Devido à utilização da conjunção gramatical (ou) ao longo da exposição de diversos artigos já *supra* referidos, será atribuída uma co- responsabilidade aos agentes.

### **11.2.- Transposição da Diretiva 1999/5/CE para o ordenamento jurídico Francês**

A transposição da Diretiva *supra* referida, teve a sua incorporação no Código dos Correios e das Comunicações<sup>343536</sup>.

Desde logo, de modo igual ao conceito apresentado no ordenamento jurídico espanhol, vem o artigo R\*9 definir “colocação no mercado”, referindo que existe “colocação no mercado” quando há importação por parte de países não pertencentes ao E.E.E., com vista à venda ou à distribuição onerosa ou gratuita dos equipamentos.

Daqui se extrai que é responsável pela colocação quem importa determinado equipamento de países não pertencentes ao Espaço Económico Europeu.

Para reforçar tal entendimento, a lei prevê ainda no mesmo artigo (ponto 7), que a pessoa responsável é a pessoa física ou moral, fabricante do aparelho,

---

<sup>34</sup> Tradução oficial portuguesa cfr. [www.arcep.fr](http://www.arcep.fr);

<sup>35</sup> Versão original do nome “Code des postes et des Communications électroniques”, no ordenamento jurídico francês.

<sup>36</sup> Trata-se de um código jurídico, que reagrupa no direito francês as disposições legislativas e regulamentares relativas ao serviço postal (incluindo transportes) e as comunicações electrónicas.



ou o seu representante estabelecido na U.E. ou no espaço económico europeu, ou na sua falta, o responsável pela colocação no mercado comunitário”.<sup>37 38</sup>

Mediante o exposto seria expectável encontrar alguma referência jurisprudencial referente à questão. No entanto, em nosso entendimento, tal situação não sucede em virtude de não existir um problema sobre quem é o responsável pela colocação no mercado.

Assim, subsiste uma situação de co-responsabilidade entre o fabricante do aparelho e o representante estabelecido na U.E., ou no E.E.E.. Em contrapartida, existirá uma responsabilidade subsidiária, na hipótese de os primeiros não serem responsáveis, a saber: o responsável pela “colocação no mercado” comunitário.

Parece-nos assim que, em relação ao ordenamento jurídico francês a questão da determinação do responsável pela colocação no mercado não se coloca. Situação diversa do ordenamento jurídico português, aliás, objeto da presente dissertação de mestrado.

### **11.3 - Transposição da Diretiva 1999/5/CE para o ordenamento jurídico do Reino Unido**

Por último, parece-nos fulcral analisar a transposição da Diretiva pelo ordenamento jurídico do Reino Unido, em virtude da dificuldade da sua interpretação prática.

A Diretiva no ordenamento jurídico em causa foi transposta pelo “Statutory Instruments 2000 n.º 730 - telecommunications”, (Instrumentos regulamentares 2000 n.º 730 - telecomunicações)<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Nossa tradução.

<sup>38</sup> Vide, Artigo R.9. ponto 7 - “On entend par " personne responsable " la personne physique ou morale fabricant de l'équipement, ou son mandataire établi dans l'Union européenne ou dans l'Espace économique européen ou, à défaut, le responsable de la mise sur le marché communautaire. La " personne responsable " a la personnalité juridique.

<sup>39</sup> Nossa tradução.

Caracteriza-se este estatuto por uma delimitação negativa no âmbito do conceito de “colocação no mercado”, através da informação dos exemplos em que este conceito não pode estar presente (isto é, os estatutos definem “colocação no mercado” pela negativa: o que não é “colocação no mercado”). Merece, todavia, destaque o n.º 6 do presente estatuto que menciona que não deve entender-se por “colocação no mercado” as seguintes situações:

“ existindo a intenção de o aparelho ser exportado para um país fora da Comunidade; ou importado dentro da Comunidade para ser exportado para um país fora da Comunidade; ou ser transferido do fabricante de um país terceiro para o seu representante legal estabelecido na Comunidade, que é responsável em nome do fabricante garantindo a conformidade com a Directiva; quando é transferido para um fabricante para uma transformação (por exemplo, para modificar o produto ou para o integrar num outro produto, ou para meter o seu próprio nome no produto)”<sup>40</sup>. Subentende-se que todas as outras situações são “colocação no mercado”.

Como referido na análise do ordenamento jurídico anterior, estamos também perante uma questão de co-responsabilidade dos vários agentes responsáveis, na medida em que todos devem garantir - em primeira linha - a observância das obrigações constantes no diploma.

De acordo com a regulation 2 (regulação) a pessoa responsável é o fabricante do aparelho ou o seu representante legal na Comunidade Europeia, ou

---

<sup>40</sup> Cfr. Statutory Instruments 2000 n.º 730- telecommunications-“Responsible person” - means the manufactures of apparatus or his authorized representative within the community, or any other person who places the apparatus on the market(a) is intended to be exported to a country outside the Community; or (b) is imported into the Community for re-export to a country outside the Community; or (c) is transferred from the manufacturer in a third country to his authorized representative established within the Community who is responsible on behalf of the manufacturer for ensuring compliance with the Directive; or (d) is transferred to a manufacturer for further processing (for example, to modify the product or to integrate it into another product, or to put his own name on the product);

qualquer outra pessoa que coloca o aparelho no mercado<sup>41</sup> <sup>42</sup>. Neste sentido, não nos é permitido determinar quem é o “responsável pela colocação”, atendendo ao leque muito variado de participantes no circuito económico.

Não é possível também compreender se por mercado se deve entender o mercado da U.E. ou, por sua vez, o mercado nacional.<sup>43</sup> Isto porque não existe também nenhuma disposição referente à “colocação no mercado”, no instrumento regulamentar em causa - problema que, em nossa opinião, igualmente se coloca no nosso ordenamento jurídico, conforme adiante melhor se explicitará.

A propósito da colocação no mercado, afigura-se-nos que apenas no âmbito das obrigações (parte III, ponto 6.º e 7.º) “nenhuma pessoa responsável deverá colocar no mercado ou colocar em serviço aparelho em relação aos quais não estejam preenchidos os requisitos presentes no parágrafo 2 e 3 dos presentes estatutos”. Os estatutos referem apenas que nenhuma pessoa poderá colocar o aparelho nos termos anunciados, mas não indica quem é qualificado enquanto pessoa responsável - problema que igualmente se coloca em relação à legislação portuguesa, e que importa determinar na presente dissertação, conforme adiante igualmente melhor se explanará.

Também ainda na parte III ponto 5 n.º 2 alínea d), a marca pode ser colocada pelo fabricante do aparelho ou outra qualquer pessoa responsável (não mencionando quem), de acordo com a regulação 10 e calendário “schedule”<sup>44</sup> 7.

Sobre todo o exposto, verificamos que à semelhança do que se passa no nosso ordenamento jurídico - nunca é definida quem é a pessoa responsável pela “colocação no mercado”. A título de exemplo, na questão da marcação CE “é

---

<sup>41</sup> Cfr. Statutory Instruments 2000 n.º 730- telecommunications-“Responsible person” - means the manufactures of apparatus or his authorized representative within the community, or any other person who places the apparatus on the market.

<sup>42</sup> Nossa tradução.

<sup>43</sup> Apesar de este estatuto ter sofrido já uma alteração (após a Diretiva em causa) o artigo referido não sofreu alterações.

<sup>44</sup> Nossa tradução.

responsável pela mesma a pessoa que coloca o produto no mercado, ou coloca-o em serviço pela primeira vez”. A lei indica que esta obrigação é conferida à pessoa responsável, que na maior parte das vezes é o fabricante ou o seu representante legal na U.E., mas também pode incluir aqueles que importem produtos de um país terceiro para a U.E., qualquer usuário na U. E. que faça o produto para si mesmo, ou aquele que modifique produtos já existentes.

Resumindo, este ordenamento jurídico (à semelhança do que se passa em Portugal) traz para o intérprete dificuldades acrescidas na definição do conceito em causa, pois não permite definir a pessoa do “responsável pela colocação no mercado”, nem o conceito de “mercado” presente nos estatutos.

Quid juris?

- i) Está por determinar quem é a pessoa responsável pela colocação no mercado;
- ii) Está igualmente por determinar o mercado que releva para efeitos da Diretiva 1999/5/CE de 18 de agosto.

#### **11.4.- Conclusões**

A terminar, todos os mercados presentes efetuaram a transposição da Diretiva europeia para o seu ordenamento jurídico. Por conseguinte, na sua aplicação, cada Estado tem alguma liberdade em matéria de transposição da Diretiva, desde que obedeçam à sua essência. Os Estados beneficiam da liberdade de transposição da diretiva, nomeadamente quanto à sua forma e meios de transposição. Não obstante estão obrigados à obtenção de resultados.

Inserida a Diretiva nas legislações dos Estados *supra* referidos, conseguimos compreender, que os mesmos incorporaram as suas disposições de forma bastante diferente.

Em nossa opinião, apesar da liberdade (vinculada) conferida aos Estados ser positiva, pode condicionar os objectivos de tentativa de harmonização da

legislação dos Estados da União Europeia. Deveria, em nosso entender, esta liberdade ser um pouco mais restrita, para que fosse possível alcançar a desejada harmonização.

Ao dia de hoje, parece-nos que a legislação espanhola foi aquela que elaborou uma transposição mais detalhada e clara, atribuindo as responsabilidades dos agentes intervenientes por via subsidiária (excetuando a situação do artigo 15.º do R.D.) e concretizando uma definição precisa do que se deve entender por “colocação no mercado”.

Quanto aos demais, parece-nos que geraram alguma dúvida na parte legal, no entanto, a autora da presente dissertação, não encontrou jurisprudência estrangeira que relevasse essas mesmas dúvidas, ao contrário do que existe no nosso ordenamento jurídico Português.

## 12.- Conclusão

Concluimos que é de extrema importância referir que o problema suscitado ao longo desta dissertação, tem a necessidade de encontrar uma solução prática e eficaz, de modo a evitar litígios desnecessários nos “ nossos” tribunais.

Portanto, bastará a adoção de uma das teorias *supra* referidas, de modo uniforme, para que tal solução seja concretizada.

Claro que em nosso entendimento, será a teoria A, a correta a ser aplicada no ordenamento jurídico português. Todavia, não seria apenas necessário aplicar esta teoria somente no ordenamento jurídico português, face a todos os argumentos demonstrados na parte II, mas sim em todo o espaço da União Europeia.

Simplemente basta atender à exposição elaborada pelo “ The blue guide”, para que se reflita a vontade da U.E., e para que os países adotem a recomendação indicada. E tal como referido anteriormente, será esta quase vinculativa para os Estados -membros.

Senão também analisando a Diretiva 1999/5/CE de 9 de março, verifica-se na sua exposição o conceito de mercado, mas enquanto mercado comunitário.

Se ainda assim não se entender, é desejável que a nova Diretiva seja transposta o mais brevemente possível e que concretize o desejo da União Europeia em harmonizar a questão até agora em análise.

Sintetizando, a teoria pela qual é responsável pela colocação no mercado de aparelhos rádio, quem coloca pela primeira vez no mercado na U.E.,é aquela que a U.E. almeja através das suas Diretivas e recomendações.

E só esta teoria permite atingir os objectivos da U.E., nomeadamente, a livre circulação e a harmonização jurídica.<sup>45</sup> E parece-nos que foi com esta teoria

---

<sup>45</sup>” A harmonização só é alcançável se não houver entre os Estados -membros obstáculos ou discriminações de índole jurídica”. Quadros, Fausto de, Direito da União Europeia, Direito constitucional e administrativo da União Europeia, 2.ª Reimpressão, Almedina,2008, pág. 445.

que a U.E. pretendeu resolver a questão em apreço. Cabe verificar aquando da entrada da Diretiva, se vamos ter uma resolução permanente para o conceito de “responsável pela colocação no mercado”.

Concretizando, a livre circulação de produtos poderá ser alcançada, através da entrada dos equipamentos na U.E., com os requisitos exigíveis nos termos da lei. Entendendo que o equipamento estará em conformidade e que será incumbida a responsabilidade a quem introduziu o equipamento pela primeira vez no mercado comunitário.

Ora, a partir do momento da sua introdução, não será necessário proceder constantemente a uma verificação dos equipamentos, por saber-se de que quem introduziu deverá ter colocado o equipamento em conformidade. E se tal for necessário, facilmente será atribuída responsabilidade.

Note-se, que tal facto, permitirá uma maior circulação de produtos com um aumento da segurança e das condições previstas na Diretiva 1999/5/CE de 9 de março. Adotada esta postura perante a nova Diretiva por parte dos Estados-membros, teremos a devida harmonização das legislações no espaço da U.E.

Aguardemos então pela revogação da Diretiva 1999/5/CE de 9 de março, e a respetiva transposição para os ordenamentos jurídicos.

### **13.- Legislação**

- I.Directiva 1999/5/CE de 9 de março;
- II. Decreto - Lei n.º 192/2000 de 18 de agosto;
- III. Resolução do Conselho 85/C136/01 de 7 de Maio 1985;
- IV. Proposta de alteração da Diretiva 1999/5/CE;
- V. Tratado de Funcionamento da União Europeia;
- VI. Portaria 767-A/93 de 31/08;
- VII. DL 325/2007 de 28 de Setembro;
- VIII. “ The blue guide”
- IX.“Statutory Instruments 2000 n.º 730 - telecommunications”;
- X. Código dos Correios e das Comunicações - Francês;
- XI.Real Decreto 1890/2000 de 20 de Novembro - Espanhol;
- XII.Decreto-Lei n.º 309/2001, de 7 de dezembro - Estatuto ICP-Anacom;
- XIII.Código de Processo Penal;
- XIV.Regime Geral das Contra- Ordenações;



## 14- Bibliografia

- CONSULTA ON-LINE:

- <http://www.arcep.fr/index.php?id=9706&L=1>
- <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70578/2/5285.pdf>
- <http://catim.pt/Catim/normalizacao/normalizacao06.htm>
- <http://www.minetur.gob.es/telecomunicaciones/es-es/servicios/certificacion/directiva5ce/paginas/equiposradio.aspx>
- [http://www.anacom.pt/streaming/Workshop\\_RTTE2011\\_NunoCastroLuis.pdf?contentId=1106166&field=ATTACHED\\_FILE](http://www.anacom.pt/streaming/Workshop_RTTE2011_NunoCastroLuis.pdf?contentId=1106166&field=ATTACHED_FILE)
- <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000061001-000062000/000061756.pdf>
- <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000061001-000062000/000061756.pdf>
- [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)
- [www.poderjudicial.es](http://www.poderjudicial.es)
- [http://europa.eu/legislation\\_summaries/internal\\_market\\_for\\_goods/technical\\_harmonisation/121001a\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/internal_market_for_goods/technical_harmonisation/121001a_pt.htm)
- [http://www.servulo.com/pub\\_updates.php?aID=3541](http://www.servulo.com/pub_updates.php?aID=3541)
- <http://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=306078#.VtiQSDZOCSM>

- CONSULTA MANUAIS:

- Gonçalves, Pedro, Direito das Telecomunicações, Lições de Direito da Comunicação, Almedina, Coimbra, 1999;
- Gorjão- Henriques Miguel, Direito da união, Direito da União Europeia, 7.<sup>a</sup> edição, Almeida, 2014; Quadro, Fausto de, Direito da União Europeia, Direito constitucional e administrativo da União Europeia, 2.<sup>a</sup> Reimpressão, Almedina, 2008;
- Pinto de Albuquerque, Comentário do Regime Geral das Contra - Ordenações à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Universidade Católica, 2011.

## **15.- Índice**

Introdução	1
------------	---

### **I Parte**

1.- Da Diretiva 1995/5/CE e da Proposta de alteração da diretiva.	4
2.- Diretiva 2014/53/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014.	7
3.- Da relevância do conceito de responsável pela colocação no mercado” de aparelhos rádio e a sua indeterminação na lei - Decreto - lei n.º 192/2000 de 18 de agosto.	10
4.- Das obrigações a cargo do responsável pela colocação no mercado dos equipamentos previstos no DI n.º 192/2000 de 18 de agosto.	12
5.- Da livre circulação de aparelhos rádio.	15
6.- Resolução do Conselho n.º 85/C136/01 de 7 de maio.	16
7.- The “ Blue Guide” on the implementation of EU product rules (2014).	18
8.- Elementos interpretativos na jurisprudência.	19
9.- Uniformização de jurisprudência?	25
10.- Icp - Anacom.	26

## **II - Parte**

11.- Direito Estrangeiro	29
11.1- Transposição da Diretiva 1999/5/CE para o ordenamento jurídico Espanhol.	30
11.1.1 - Colocação no mercado.	30
11.1.2 - Das obrigações.	31
11.2 - Transposição da Diretiva 1999/5/CE para o ordenamento jurídico Francês.	33
11.3.- Transposição da Diretiva 1999/5/CE para o ordenamento jurídico do Reino Unido.	34
11.4.- Conclusões.	37
12.- Conclusão	39
13.- Legislação	41
14.- Bibliografia	42
15.- Índice	43